



ACEBRA REALIZA SUA 25ª ASSEMBLEIA GERAL EM BRASÍLIA

O déficit de 80 milhões de toneladas na capacidade de armazenagem brasileira tem sido a grande preocupação do setor cerealista. Este e outros temas foram debatidos durante a 25ª Assembleia Geral Ordinária da Associação das Empresas Cerealistas do Brasil (ACEBRA), que ocorreu no dia 22 de maio, em Brasília-DF.

O tema armazenagem é recorrente nos debates promovidos pela ACEBRA. A entidade busca apoio junto ao governo e a parlamentares para solucionar entraves que impedem as empresas de aderirem a programas de crédito para investir em infraestrutura. Duas linhas de crédito interessam: do Programa para



Günther Knak
Banco do Brasil

Construção e Ampliação de Armazéns (PCA), historicamente inserido no Plano Safra, e do BNDES Agro. Elas possuem taxas de juros mais atrativas do que outras formas de financiamento, porém nenhuma está disponível para empresas cerealistas.

Com o PCA não acessível, a ACEBRA tem feito contatos para inserir empresas cerealistas como beneficiárias das linhas de crédito do BNDES Agro. Por isso, Ivandré Montiel, Secretário-Adjunto de Políticas Agrícolas e Meio Ambiente do Ministério da Fazenda, foi convidado a participar da AGO e ouviu as sugestões dos associados. Airon Roos, vice-presidente da ACEBRA, enfatizou que a estrutura de armazenagem brasileira está caótica e é preciso que o Governo una forças com a categoria para buscar soluções.

O gerente-executivo da Diretoria de Agronegócios do Banco do Brasil, Günther Knak, também esteve presente na assembleia e ouviu as demandas dos cerealistas quanto a inclusão em linhas de crédito. Segundo Knak, "quem pode solucionar essa questão são os parlamentares; com a mudança na legislação, o Banco Central poderia atender a demanda de crédito".



Ivandré Montiel
Ministério da Fazenda

Cerealistas pleiteiam revisão na legislação sobre TCFA

A revisão dos critérios de cobrança da Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental (TCFA) também foi um assunto amplamente discutido pelos cerealistas. A TCFA foi originalmente instituída para subsidiar o trabalho de controle e fiscalização do IBAMA e varia conforme o tamanho da empresa, o potencial de poluição e o grau de utilização de recursos naturais - pequeno, médio ou alto.

Hoje a atividade de controle e fiscalização é realizada exclusivamente a partir de transmissões eletrônicas de formulários, o que já reduziria a necessidade de uma taxa para cobrir os custos do trabalho. Além disso, a ACEBRA também questiona a cobrança da taxa sobre filiais de uma mesma empresa. Para corrigir as distorções na aplicação da TCFA, a Associação das Empresas Cerealistas, ANDAV e OCB trabalharam juntas na redação de um Projeto de Lei para revisão da legislação atual. O documento já está tramitando na Câmara dos Deputados.

Empresas querem fornecer matéria prima para indústria do biodiesel

A ACEBRA também está empenhada em conquistar a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) para as empresas cerealistas associadas. Com isso, as empresas poderão fornecer matéria prima para a indústria de biodiesel. Para alcançar essa meta, a entidade intensificou as ações em Brasília e após deliberação na Assembleia foi realizada uma reunião na Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAD), no dia 23 de maio. Os representantes da ACEBRA foram recebidos por André Luiz Lemes Martins, coordenador de Agroecologia e Energias Renováveis, e Luiz Humberto da Silva, coordenador de Monitoramento e Avaliação.

Hoje os pequenos produtores rurais só podem entregar a sua produção para cooperativas de agricultura familiar, que vendem o produto à indústria de biodiesel. Isso reduz as possibilidades dos produtores quanto à venda da matéria prima. Outro agravante é o fato de que nem todo produtor beneficiado pelo Pronaf está em uma área abrangida por cooperativa. Dessa forma, as empresas cerealistas, que tem uma capilaridade maior no país, poderiam fazer a ponte entre o agricultor e a indústria, impedindo que ele perca oportunidades de venda do seu produto.

Para o Presidente da ACEBRA, Arney Frasson, a conquista da DAP daria liberdade de negociação aos produtores pronafianos, além de aumentar as opções de compra de matéria prima para a indústria de biodiesel, que já teme a escassez de produto.

A obtenção da DAP passa por uma mudança na legislação. Por isso, o escritório da ACEBRA já está trabalhando na elaboração de textos legais e junto aos parlamentares para possibilitar a inclusão dos cerealistas no programa.



André Luiz Lemes Martins
CGMA/SEAD



Luiz Humberto da Silva
CGMA/SEAD

Noite seguiu com jantar institucional

Na noite do dia 22 de maio foi realizado um jantar com a presença do Senador Wellington Fagundes (PR/MT), Deputados Jerônimo Goergen (PP/RS) e Luis Carlos Heinze (PP/RS) e do Vice-Presidente de Agronegócios do Banco do Brasil, Tarcísio Hübner. Na oportunidade, a diretoria da ACEBRA conversou com os parlamentares a respeito da necessidade de apoio para realizar modificações em algumas leis e, dessa forma, fortalecer o trabalho dos cerealistas e contribuir ainda mais para a retomada econômica do país.

